



Comunicação e Historicidade na Crise

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Florianópolis - SC

ISSN: 2448-3370

Mídia Alternativa e Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão¹

Jeyciane Elizabeth Sá Santos²

Flávia de Almeida Moura³

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA

Resumo

O objetivo desta pesquisa é apresentar registros de como o assunto trabalho escravo contemporâneo é pautado na mídia a partir da pressão do movimento social que, historicamente, tem destacado a luta em defesa aos direitos humanos tanto em âmbito nacional quanto no Maranhão. Nossos estudos tomam como ponto de partida os motivos que levaram ao reconhecimento do trabalho degradante no Brasil em 1995, além de recuperar a atuação da mídia para dar visibilidade ao tema. Apresentamos como corpus documental a análise das metas a serem alcançadas no I e II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, que prevê a importância da imprensa na conscientização do problema. Entretanto, a busca pela mídia não garante amplo espaço de publicação, principalmente, na mídia tradicional, o que significa que a internet aparece como uma possibilidade de visibilidade do movimento social de combate ao trabalho escravo.

Palavras-chave: Mídia Alternativa; Visibilidade; Trabalho Escravo Contemporâneo; Direitos Humanos.

Trabalho Escravo Contemporâneo e o contexto do crime no Maranhão

O interesse em estudar trabalho escravo contemporâneo e mídia está diretamente ligado ao contexto no qual o Maranhão está inserido. Destacado como o maior exportador de mão de obra

¹ Trabalho apresentado no GT Mídia Alternativa integrante do Alcar Sul 8 – 8º Encontro Regional Sul de História da Mídia.

² Jeyciane Elizabeth Sá Santos é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduada Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFMA, participa do projeto de pesquisa “Comunicação, Migrações e Trabalho: trajetórias de trabalhadores rurais da Baixada Maranhense”. E-mail: jeyciane.sa@discente.ufma.br

³ Flávia de Almeida Moura é professora do Departamento de Comunicação Social da UFMA. Mestre em Ciências Sociais e Doutora em Comunicação. E-mail: flavia.moura@ufma.br.



Comunicação e Historicidade na Crise

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Florianópolis - SC

ISSN: 2448-3370

escrava, dados divulgados na plataforma SmartLab⁴ confirmam de 2003 a 2018, foram resgatados 8.119 trabalhadores nascidos no Maranhão em todo território nacional. Somente em 2019, foram resgatados 59 trabalhadores em condições semelhantes a de escravidão⁵. Para amenizar os efeitos dessa realidade, a rede de combate à escravidão moderna por meio da atuação dos órgãos governamentais e não governamentais, procura pautar na mídia suas demandas com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública para determinados problemas. Entretanto, a busca pela mídia não garante amplo espaço de divulgação das questões do trabalho escravo contemporâneo, principalmente, na mídia tradicional (rádio, televisão, jornal e revista); o que significa que a internet aparece como uma possibilidade de visibilidade do movimento social de combate ao trabalho escravo.

Para esta reflexão, apresentamos como proposta teórica-metodológica os estudos sobre Comunicação e História de Barbosa e Ribeiro (2011). Também buscamos apoio nas contribuições sobre trabalho escravo contemporâneo (ESTERCI, 1994; MOURA, 2016), além de reflexões do panorama da luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. Seguida de abordagens direcionadas à comunicação popular a partir das considerações de Peruzzo (1998), há também uma breve discussão a respeito do conceito de rede, com base nas propostas de Enne (2007) e Araújo (2000). Por fim, nosso objetivo ao realizar tal análise é pensar a ideia de que a comunicação vai além das trocas de informações, sendo que o nosso intuito ao realizar esta pesquisa é apreender o caráter social da comunicação (HENRIQUES, 2008). A preocupação que nos orienta é, sobretudo, a necessidade de despertar o interesse em assuntos relacionados aos estudos da mídia com olhar voltado à participação dos movimentos e agentes sociais na produção de conteúdo.

Após um longo período de dedicação de membros das entidades governamentais e não governamentais, o tema escravidão contemporânea entra na pauta da mídia no Brasil em 1995, ano

⁴ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/21?dimensao=prevalencia>. Acesso em: 14.04.21

⁵ Segundo o Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).



Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Florianópolis - SC

ISSN: 2448-3370

em que o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁶, em um pronunciamento no programa de rádio “Palavra do Presidente⁷”, assumiu formalmente a existência do trabalho escravo em solo brasileiro. As iniciativas contra a escravidão contemporânea tornam-se prioritárias na agenda de direitos humanos durante o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva⁸. No seu primeiro mandato (2003-2006), por determinação do I Plano Nacional dos Direitos Humanos, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República lançou o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo⁹.

O primeiro Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, publicado em 2003, teve o objetivo de integrar e coordenar as ações de diferentes órgãos públicos e da sociedade, o documento já previa a importância da imprensa para divulgação desse tipo de causa. Sendo assim, das 76 medidas de combate ao trabalho escravo, três atribuem à mídia a tarefa de conscientizar, capacitar e sensibilizar a sociedade. Em 2008, o segundo Plano Nacional produzido pela CONATRAE – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo além de reafirmar a importância dos serviços de informação acrescenta também a promoção do debate sobre o tema nas universidades, no Poder Judiciário e Ministério Público. Neste sentido, a comunicação alternativa desenvolvida pelos movimentos sociais em âmbito nacional e estadual aparece como algo indispensável para a visibilidade do problema. Como um exemplo, temos a ONG Repórter Brasil, um agência de notícias que começa a pautar a mídia tradicional desde 2001 com a produção de conteúdos a respeito da

⁶ FHC foi presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos, de janeiro de 1995 a dezembro de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/28/brasil/31.html>. Acesso em: 14.04.21

⁷ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/28/brasil/31.html#:~:text=Paulo%20%2D%20FHC%20cria%20um%20grupo,escravo%20%2D%2028%2F6%2F1995&text=O%20presidente%20Fernando%20Henrique%20Cardoso,por%20integrantes%20de%20cinco%20ministros.&text=Segundo%20FHC%2C%20mais%20de%2080,s%20C%20A3o%20do%20sul%20do%20Par%C3%A1>. Acesso em: 14.04.21

⁸ O **Governo Lula** correspondeu ao período que se iniciou em 1º de janeiro de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil, e encerrou-se no dia 1º de janeiro de 2011, quando a presidência foi transmitida para Dilma Rousseff.

⁹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/147305-lula-anuncia-plano-nacional-de-erradicacao-do-trabalho-escravo/?pagina>. Acesso em: 14.04.21



Comunicação e Historicidade na Crise

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Florianópolis - SC

ISSN: 2448-3370

temática e também a partir do Programa Escravos, nem Pensar!, desde 2004.

Segundo Henriques (2008) a comunicação é um importante instrumento para auxiliar o movimento social no processo de transformação da realidade e, conseqüentemente, da sociedade. No contexto maranhense, os avanços institucionais para o combate ao trabalho escravo iniciam em 2007, quando o então governador Jackson Lago¹⁰ instituiu a Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE-MA)¹¹, comissão formada por órgãos públicos e organizações da sociedade civil que prioriza ações contra o trabalho degradante no Maranhão. Nesse mesmo ano, a COETRAE-MA elaborou o primeiro Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo, considerado marco inicial das atividades da comissão. Em 2012, acontece a execução do II Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, que pressupõe a reorganização e o fortalecimento da COETRAE-MA. No caso do Maranhão, o CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán), localizado no município de Açailândia, tem atuação importante na articulação da rede de combate ao trabalho escravo no estado bem como na visibilidade do problema na mídia maranhense, contando ainda com iniciativas alternativas, como a criação da rádio comunitária Arca FM, com atuação desde 2001 na região de altos índices de aliciamento para o trabalho escravo.

Considerações

Apesar de algumas conquistas de visibilidade do problema na mídia brasileira e maranhense a partir da iniciativa das mídias alternativas, ligadas aos movimentos sociais, o trabalho escravo contemporâneo continua como um tema que precisa de novas ideias para a comunicação, principalmente, quando é necessário fazer com que o assunto seja pautado por grupos que atingem diferentes camadas sociais.

¹⁰ Eleito governador do Maranhão em outubro de 2006 pela coligação "Frente de Libertação do Maranhão" (PDT-PPS-PAN), Jackson Lago (PDT) derrotou, em segundo turno, a candidata Roseana Sarney por uma diferença de cerca de 98 mil votos.

¹¹ Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2007/03/maranhao-cria-comissao-estadual-contra-trabalho-escravo/>. Acesso em: 14.04.21



Comunicação e Historicidade na Crise

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Florianópolis - SC

ISSN: 2448-3370

Levando em consideração os apontamentos elencados até aqui, a avaliação de tal contexto confirma como as ações pensadas por entidades governamentais e não governamentais buscam a mídia como estratégia promotora da justiça social e cidadania. Sendo que, ao analisarmos a internet como cenário de mobilização, apesar de ainda ser uma tecnologia inacessível para muitos, percebemos que grande parte dos ativistas aposta nela como ferramenta capaz de propiciar transformações na forma de comunicação e mobilização política.

Referências

- ARAÚJO, Inesita Soares de.** *Mediações e poder*. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2000.
- BARBOSA, Marialva Carlos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart** (Organizadoras). *Comunicação e história: partilhas teóricas*. Florianópolis: Insular, 2011. P. 9-28.
- ENNE, Ana Lúcia.** *Conceito de rede e as sociedades contemporâneas*. In: *Comunicação e Informação*, 2004. p. 264-273. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/viewFile/24452/15165?journal=ci>. Acessado em: 20 janeiro. 2021.
- ESTERCI, Neide.** *Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.
- HENRIQUES, Márcio Simeone** (Org.). *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MOURA, Flávia de Almeida.** *Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA), São Luís: EDUFMA, 2009.*
- _____. *Representação do Trabalho Escravo: uma proposta de estudo de recepção junto a trabalhadores rurais maranhenses*. Porto Alegre: PUC Rio Grande do Sul, 2014. 129f. (Relatório de qualificação de doutorado pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2014.
- _____. *Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses*. Porto Alegre: PUC Rio Grande do Sul, 2015. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling.** *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.